



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 08/2026

98

99

100 Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para  
101 Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
102 Porto Alegre, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento  
103 Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre, sob a coordenação de  
104 **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

### CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

105 **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**

106 **Bruna Fernandes da Silva, Associação Cristã de Moços do RS – ACM**

107 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
108 **(Topogigio) – Presidente**

109 **Dinamara Laux da Silva, AMOVITEC**

110 **Francyne da Rosa, CEMME**

111 **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres**

112 **Jorge Eduardo Soares Nunes, Associação Amigos da Restinga**

113 **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria**

114 **Nicolas Souza, ASAFOM**

115 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança**

116 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários**

117 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**  
118 **APAE/Porto Alegre**

119 **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS – FERGS**

### CONSELHEIROS DO GOVERNO:

120 **Francisco Ferrari, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**

121 **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**

122 **Nicolas Vaz, SMEL**

123 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

124 **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED**

### DEMAIS PRESENTES:

125

128 Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH**

129 Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**

130 Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**

131 Sandro Ribeiro, **Taquógrafo – TG Taquigrafia.**

132 **PAUTA:**

133 **1. Abertura;**

134 **2. Informes e demais encaminhamentos;**

135 **3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**  
136 **Comissão de Finanças.**

137 Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

138 **1. ABERTURA**

139 **2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:**

140 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

141 **(Topogigio) – Presidente:** Boa tarde. Já iniciando a nossa plenária, agora no primeiro momento

142 a gente vai continuar, na verdade, pela manhã nós tivemos uma reunião com a Larissa e com a

143 Graça para falar um pouquinho sobre os projetos em questão, tendo uma análise por elas agora

144 lá quando é solicitado o resgate do recurso. E aí, então, está tendo algumas visões diferentes. A

145 Larissa vai trazer melhor, mas às vezes a instituição coloca um projeto aqui e na hora do resgate

146 ela apresenta um plano completamente diferente. E às vezes ela coloca uma ação ou ela coloca

147 a meta ou ela coloca bem diferente. Então, está passando agora pela Larissa e pela Graça esses

148 planos para a gente poder ter mais este olhar técnico. E começou então um novo processo da

149 gente pegar e rever, vai ter que começar na verdade um processo da gente rever os projetos, as

150 propostas. Com isso, nós não vamos terminar aqui essa pauta, porque a gente vai ter que pensar

151 de que forma que a gente vai seguir. Mas vai começar a ter instituições em que tem projetos lá

152 de 2023, 2024 e 2025 em que nós vamos ter que rever esses projetos. Então, da mesma forma

153 que lá atrás, em até 2023, tinha toda uma questão de transição, período de transição, talvez a

154 gente tenha que construir mais um período de transição para a gente poder adequar os projetos.

155 A Larissa vai trazer direitinho ali. Eu pedi para ela projetar e aí, por favor, Larissa, faz de novo

156 a reunião. **Larissa, Equipe Técnica do CMDCA:** Boa tarde. Esse projeto aqui, ele entrou

157 solicitando autorização para captação em 2024. Foi aprovado... Deixa eu ver a resolução. Foi

158 aprovado em outubro de 2024. Esse é o projeto. Qualificação e sustentabilidade do atendimento

159 no Lar Santo Antônio: 46 acolhidos, acolhimento institucional de PCD, validade do projeto 24

160 meses. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

161 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só uma questão. Eu acho que é importante colocar de que  
162 este projeto é um exemplo dos projetos que estão vindo com mais ou menos as mesmas  
163 questões. Então, de todos os projetos que estão sendo analisados, a gente pegou um projeto para  
164 exemplo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Seria aquele que a gente  
165 discutiu uma vez com o pessoal? Acho que foi Finanças, depois que o pessoal mandou esse  
166 projeto bem no inicial. Mudaram totalmente a característica do primeiro. O meu resgate vai ter  
167 que ser aquele objeto. Então, às vezes eles trocam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
168 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ali são duas  
169 questões ainda. Uma às vezes é a questão de que troca totalmente o que está lá no início do  
170 projeto, ou ainda este projeto aqui que vocês vão ver agora que não se adequa a uma proposta.  
171 Mas a gente vai lá. **Larissa, Equipe Técnica do CMDCA:** Daí ele traz como objetivo geral  
172 melhorar a qualidade do atendimento prestado aos acolhidos do Lar Santo Antônio dos  
173 Excepcionais, garantindo a sustentabilidade financeira para o pagamento de despesa com  
174 recursos humanos. Então, a gente identificou como objeto a questão da garantia do pagamento  
175 das despesas com recursos humanos para seguir atendendo os acolhidos do Lar Santo Antônio.  
176 E específicos, eles apresentaram esses três objetivos específicos: assegurar a continuidade do  
177 atendimento, garantir o pagamento de salários, melhorar as condições de trabalho da equipe. A  
178 justificativa está sucinta, também justificando a necessidade do pagamento do pessoal na  
179 justificativa. O impacto social esperado: melhoria na qualidade da vida dos acolhidos, redução  
180 de internações hospitalares, fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, maior estabilidade,  
181 qualificação da equipe de profissionais. A metodologia aqui, que é o campo que descreve as  
182 ações necessárias para a execução do objeto que será objeto de parceria com a administração  
183 pública futuramente, ele não tem descrição de ações. Ele só diz que os recursos vão ser  
184 destinados para o pagamento de pessoal. Tem uma ação aqui, que é a promoção da capacitação  
185 para a equipe. Meta quali: melhorar a qualidade do atendimento prestado e promover  
186 capacitações. E meta quanti: assegurar o pagamento de salários e realizar duas capacitações. O  
187 cronograma de execução é o pagamento de pessoal e as capacitações. E o orçamento físico-  
188 financeiro é o pagamento de pessoal. Daí, pessoal, eles pediram o resgate. E como a Carol  
189 explicou, eu e a Graça agora nós entramos também nesse grupo de análise do plano de trabalho,  
190 que é composto já pela chefe do financeiro dos fundos e pelo pessoal ali da Cetec, da assessoria  
191 jurídica. E nós entramos mais focadas no olhar da execução desse objeto, olhando metas,  
192 olhando as ações a serem ofertadas, os meios de verificação para o atendimento dessas metas,

193 mais para atender os critérios estabelecidos no artigo 22 da lei de parceria. E eles apresentaram  
194 esse plano de trabalho aqui. O número de atendidos também é maior. É para 6 meses a execução.  
195 O objeto, a justificativa já é outra, faz mais sentido essa justificativa, mas ainda não conversa  
196 com o que foi apresentado no projeto. A descrição da forma de execução... Vou fechar e abrir  
197 de novo. A justificativa, a descrição da forma. Então, aqui eles trazem na execução, que é o  
198 campo das ações, eles trazem os profissionais contratados e o que cada um deles vai fazer, que  
199 difere também do projeto. O projeto era direcionado para pagamento de pessoal, não tinha ação  
200 na metodologia. A meta quali, então, eles criaram uma meta que não é o que está no projeto. A  
201 meta quanti também. E o cronograma de execução aqui, as atividades também... Essas  
202 atividades que eles trouxeram aqui não estão no projeto. O quadro resumo também só traz um  
203 atendimento no quadro resumo, que daí não conversa com o que está na metodologia e nem  
204 com o que está no cronograma de execução. Então, é isso, pessoal. Daí a gente solicitou essa  
205 reunião com o conselho, com as comissões de políticas, de finanças e na presença da presidente,  
206 porque a gente ficou um pouco numa sinuca de bico, porque eles estão numa fase de resgate,  
207 ou seja, eles estão em trâmites para a formalização da parceria. Esse projeto, o projeto não  
208 preenche os requisitos mínimos para a parceria, porque não tem previsão de ação junto ao  
209 público-alvo, só é uma justificativa para pagamento de folha. O plano de trabalho, ele não tem  
210 as ações que deveriam ter sido aprovadas pelo projeto pelo conselho. Então, a gente trouxe para  
211 ver qual encaminhamento dar em relação a essa OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
212 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso. E aí  
213 assim, gente, a gente lá em 2023, 2024, nós já conversamos isso lá no outro nosso mandato, daí  
214 nós tínhamos alguns conselheiros aqui novos e não, mas nós já tivemos uma formação para que  
215 a gente possa entender e também não só entender, mas a gente poder ver o que se enquadra  
216 dentro de uma proposta, uma proposta que pode ser um projeto, que pode ser uma atividade, e  
217 o que não se enquadra. E até, por exemplo, ontem eu tive reunião com os secretários e eu disse  
218 que para mim, de uma forma bem grosseira dizendo, quando passa o projeto pelo conselho, eu  
219 entendo que o projeto está aprovado e redondinho. Aí quando ele não é pago, ou quando ele  
220 tem que voltar para ser analisado, refeito ou alguma coisa, me parece, me transmite uma questão  
221 até de falta de respeito com você, porque nós fizemos todo esse processo aqui. Então para não  
222 acontecer e para não termos essa visão, a gente vai ter que sentar todo mundo, pelo menos, e  
223 vamos botar a limpo todo mundo, para a gente poder readequar o que está acontecendo. Lá  
224 atrás, na época da transição que a gente fez, a gente viu que tinha muitos projetos,

225 principalmente na época do edital de 2022, em que vinham, por exemplo, literalmente folha de  
226 pagamento. Ou construção de telhado. Ou pintura de parede. Até reforma assim. E a gente viu  
227 que isso não era projeto, que isso não era o que é a proposta literalmente que eles têm que fazer.  
228 Então a gente pensou, organizou, fez formações e mudou nossa forma de ver. De lá para cá,  
229 melhoramos muito. Mas nós vamos ter que melhorar mais. Este projeto aqui, por exemplo, ele  
230 não teve na época a análise do técnico, que é a Larissa na época, não teve. Foi na época da  
231 enchente, então digamos que a gente passe um pano para a gente também. Mas assim, de  
232 qualquer forma, eu lembro, acho que não sei se é este ou se vai vir outro, mas eu recordo que  
233 teve um projeto que era somente folha de pagamento nua e crua. E a gente disse: eu quero ver  
234 como é que vai ser avaliado depois, quero ver se é pago depois. Então a gente já sabe que  
235 somente folha, somente o RH, sem as metas, sem costurar este profissional, sem ter noção se  
236 tem duplicidade de pagamento, se não tem, todas essas coisas assim, a gente vai ter que cuidar  
237 mais. E por isso que eu disse para a Larissa hoje e para o pessoal que estava na reunião de  
238 manhã: a gente vai ter que fazer essa reunião com todo mundo, porque não adianta o presidente  
239 e um de cada comissão estar lá e aí amanhã quem vai analisar o projeto é uma outra pessoa e aí  
240 não está compreendendo e a gente passa o projeto, a proposta da instituição, e lá na frente tranca.  
241 Não é o nosso objetivo trancar. Nosso objetivo é ajudar, fazer o serviço fluir. Se for para fazer  
242 o serviço fluir, a gente vai ter que sim, olha instituição, este projeto não vai ser aprovado porque  
243 tu não quer alterar como o conselho está te falando. Ah, mas eu quero manter assim. Sim, mas  
244 aqui dentro do conselho não vai ser aprovado. E eu acho que a gente vai ter que firmar o pé em  
245 algumas coisas, porque não dá para a gente depois ter retrabalho, eu tenho pavor de retrabalho.  
246 E aí eu acho assim que é uma questão que não dá mais para a gente fazer. Lá com os secretários,  
247 eles me falaram da questão da inviabilidade técnica em alguns projetos, em que teria  
248 inviabilidade técnica em alguns projetos a partir da análise. Aí teve uma instituição que me  
249 procurou me perguntando qual era o fluxo, é outra instituição, e aí eu disse: eu não sei qual é o  
250 fluxo, a gente nunca fez isso. Esse não passou ainda pelo conselho. Nós não tivemos esta  
251 conversa, nós não tivemos este pensar. Então, a gente vai pensar para ver como é que a gente  
252 vai fazer, a gente tem que trazer o problema e organizar. E aí eu acho que é bem isso. Nós  
253 tivemos uma época de transição também em que, quando chegava lá os projetos e estava  
254 diferente, não voltava para o conselho. Teve muita reclamação das instituições em que voltava  
255 à estaca zero. Mas e agora? O que a gente faz com este projeto que já está captado o recurso, já  
256 está a ponto praticamente de ser formalizado, com todas as esperanças da instituição? E aí a

257 instituição reapresenta um novo projeto? Ela retorna para cá para poder reescrever este projeto  
258 e a gente orienta essa instituição da forma correta? Eu trago para vocês. **Francyne da Rosa,**  
259 **CEMME:** O orientar da forma correta é executar de forma diferente? Porque ainda não  
260 executou. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não,  
261 ela não fez nada. Eu entendo que vem o parecer da área técnica dizendo exatamente isso: o  
262 termo encontra-se com a carta vencida, já captado tantos mil, o plano de trabalho não conversa  
263 com o projeto, solicito a deliberação do conselho. E o conselho vai chamar a OSC e vai orientar,  
264 não fecha isso aqui. Já foi feito outras vezes reunião com ela, analisando. E aí a gente orienta,  
265 ela reapresenta, sem alteração de valor de carta de captação, o valor da carta ela não pode mais  
266 alterar, ela tem que manter aquilo ali, esse é o meu entendimento. Ela tem que manter aquilo ali  
267 e apresentar o projeto nessa questão. Claro, depois nós vamos ter que conversar mais, como tu  
268 disseste ali, mas como conselho, a gente não tem como saber se a despesa vai se sobrepor ou  
269 não a outro termo de parceria, isso vai ser pego numa prestação de contas nas secretarias, daí é  
270 para dentro, não é no conselho. Eu não vou saber se aquele funcionário que ela está  
271 apresentando está em outros termos, isso vai ter que ser um outro meio de verificação e vai ser  
272 lá no monitoramento, na prestação de serviço. Esse específico, é importante também que se diga  
273 que passou, mas não há vedação quanto a termos de folha. A minha preocupação, e isso eu  
274 sempre falei nas nossas reuniões com as entidades, é de que, havendo algum atraso, vai colocar  
275 em xeque, quando elas colocam 100% em folha, pode haver um descompasso ali no  
276 atendimento, mas elas têm que estar cientes disso também. E como a administração pública  
277 pode rever seus atos, não tem inviabilidade técnica, volta. **Priscila Balestrin, Parceiros**  
278 **Voluntários:** Para mim, acho que para deixar claro, o ponto aqui não é nem a questão de  
279 vedação de folha, mas também a forma como está escrito. Como a OSC vai fazer uma parceria  
280 com o município dizendo que ela quer pagar folha? Na verdade, ela quer fazer o atendimento  
281 das crianças acolhidas. Então, é um ajuste desse texto para exatamente o que eles fazem, que é  
282 o acolhimento, e todos esses profissionais que estão ali fazem o atendimento às crianças e  
283 adolescentes que estão lá. Só que a forma como foi colocado fica como um objeto de que é para  
284 pagar a folha e manter a instituição. Então, é esse ajuste também ali que a gente vai orientar. O  
285 projeto pode pagar folha, pode pagar equipe, mas a forma como ele está hoje, pegando aquele  
286 período de transição, ele está equivocado. E aí são dois erros: o primeiro é de colocar como  
287 objeto a sustentabilidade da instituição, e o segundo é botar o plano de trabalho completamente  
288 diferente do projeto. Tem dois erros aqui. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

289 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E além disso, nós temos a  
290 possibilidade de fazer um projeto. Não é vedado o pagamento de folha dentro de uma proposta.  
291 Mas essa proposta tem que ser uma proposta. É que nem a tinta. Tu não vai colocar ali 'eu quero  
292 comprar 10 litros de tinta'. Isso não é o teu projeto. Teu projeto vai ser 'eu quero fazer uma  
293 oficina com as crianças de computação e aí, uma das coisas, eu vou precisar pintar a parede, aí  
294 eu vou comprar os 10 litros de tinta'. É isso que tu vai colocar. Os 10 litros de tinta é um dos  
295 recursos, um dos materiais que tu vai colocar. E a folha de pagamento é a mesma situação. Tu  
296 não vai colocar como única coisa, e aí eu entro tanto no material permanente quanto no RH. A  
297 gente não pode colocar único e exclusivo sem ação, sem uma meta quantitativa, sem uma  
298 verificação adequada. E aí eu compreendo, que pena que todos os conselheiros do 22 não estão  
299 aqui, eu compreendo que a gente, quanto instituição, ainda tem um olhar para auxiliar as  
300 instituições de 'vamos dar um jeito, vamos lá', pode pegar pela mão e vamos embora. A gente  
301 ainda tem este olhar. Mas a gente também está sendo fiscalizado e olhado até mesmo pela nossa  
302 capacidade quanto conselho, porque passar projetos dessa forma não é a capacidade que este  
303 conselho tem. Não é. Fica feio para o conselho passar projetos dessa forma, porque nós já  
304 sabemos qual é o projeto, o que é uma proposta, a gente já sabe o que são ações, a gente já  
305 estudou, já trabalhou, já faz isso de dia e de noite. Então, a gente vai ter que rever. Ontem na  
306 reunião lá, eu disse para os secretários: vamos fazer então uma formação, porque apareceu  
307 apontamentos do Tribunal de Contas e da Controladoria para tudo quanto é lado. Então, vamos  
308 fazer uma formação para que a gente possa ver exatamente o que está pegando, vamos ver esse  
309 decreto novo, vamos olhar essas questões, e vamos aproximar o pessoal que faz a prestação de  
310 contas, que faz os planos, que libera isso aí, que tem este olhar também, para que a gente possa  
311 limpar desde o início. Não adianta retornar, não adianta a gente travar depois a instituição lá se  
312 o projeto a gente achou que está correto. E aí nós marcamos uma formação para o dia 27 de  
313 maio. Só que não vamos conseguir fazer dia 27 de maio, porque a Graça me lembrou que dia  
314 27 nós temos o ECA Digital. Então nós vamos ter que fazer no início de junho, na outra quarta.  
315 Depois eu voto no processo. E aí então, para a gente poder organizar e ver exatamente o que a  
316 gente precisa, o que a gente vai discutir, o que a gente precisa conversar para poder organizar  
317 essa formação entre todos nós. E também fazer de que forma que a gente vai organizar os  
318 projetos daqui para a frente, e de que forma que a gente vai organizar esses projetos que  
319 passaram. Porque se esse projeto aqui é de 24, nós temos todo o 24, todo o 25. Pode ser que não  
320 estejam errados, pode ser que esteja tudo ok. Mas se tiver 10 projetos, propostas em que têm

321 que ser revistas, é um trabalho para nós. Eu proponho assim como fluxo já: de que esses  
322 projetos, essas propostas em que passarem pela Larissa e pela Graça em que forem apontados  
323 em que não estão adequados, sejam encaminhados para o conselho, e aí a Comissão de Políticas  
324 e de Finanças faça uma comissão em conjunto, e já analisa chamando a instituição. Isso, quando  
325 o projeto não estiver adequado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
326 **Fazenda – SMF:** Carol, mas aí a minha questão nessa fala tua é o seguinte: eu acho que esse  
327 escapou. Esse escapou por conta justamente, não estou tirando da Comissão de Finanças, mas  
328 foi, passou. Porque é importante também que, desde que entrou a normativa 124, a 124, e a  
329 gente vem conversando, sempre tem o apontamento de vocês, porque a gente já trabalha prévio  
330 com o apontamento. A gente já utiliza o apontamento da ASSETEC, embora opinativo, a gente  
331 já utiliza ele justamente para que, na hora do resgate, não aconteça isso. Então, é importante  
332 que se diga: embora opinativo, mas a comissão faz esse olhar. Então, acho que esse passou,  
333 acho que esse é uma excepcionalidade assim gravíssima. **Tarsila Crusius, Secretaria**  
334 **Municipal de Educação – SMED:** Eu só queria complementar o que tu acabou de falar como  
335 uma recém-chegada na casa, porque sim, a gente anda vendo vários outros projetos, projetos de  
336 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, por exemplo, em que fica bem claro que  
337 o serviço funciona e que se está pedindo dinheiro para o projeto para diferenciar, para dar algo  
338 a mais, mas que essa captação não é para o funcionamento regular do serviço, é para algo a  
339 mais. Me parece que isso não é por acaso, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos  
340 deve ter sido orientado em algum momento para fazer, e está isso no projeto, e eu estou dizendo  
341 isso concordando com o que tu está falando, com certeza. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
342 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E é importante também porque a lei diz projeto ou  
343 atividade, então ela já te dá essa possibilidade, pode ser atividade. Eu penso isso: de um universo  
344 de quantos que a gente aprovou no ano passado e que passou pela Comissão de Finanças, se  
345 voltar dois, eu acho que a gente está no lucro. Esse aí passou, é fora da curva, mas acho que dá,  
346 eu acho que a gente tem que estar sempre se qualificando, acho que sempre tem que ter um  
347 seminário ou outro, porque às vezes tem algum apontamento ou outro que não chega para nós,  
348 porque daí ele pode ser operacional, ele pode ser lá na prestação de contas, enfim, que não chega  
349 aqui. Porque daí ele saiu do escopo do conselho, então isso também tem que ter essa questão.  
350 'Ah, bom, mas se é uma prestação de contas que eu disse isso e eu fiz isso, aí...' **Carolina**  
351 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
352 **(Topogigio) – Presidente:** Ah, mas vamos dizer que do todo de 24 e 25 tenhamos dois ou cinco,

353 está tudo bem, está tranquilo. Mas, de qualquer forma, a gente tem que criar o fluxo, mas o  
354 fluxo para mim está claro: pode ser o fluxo de volta para o conselho. **Sônia Rejane dos Santos**  
355 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Quando o projeto não estiver alinhado com  
356 o conselho. Se tu olhar o processo, acho que, como passa sempre, vai vir então uma vez pela  
357 Cetec e vem para nós, para nós que eu digo, o conselho. **Larissa, Equipe Técnica do**  
358 **CMDCA:** Porque daí, o que a Carol está trazendo é nessa fase desse projeto, esse plano de  
359 trabalho já está para a fase do resgate. E daí, como a gente não conseguiu externar nada do  
360 projeto para conversar com o plano, e quem aprova a ação, quem aprova sobre a política, quem  
361 delibera sobre a política é o conselho, o que vai precisar devolver o projeto. **Carolina Aguirre**  
362 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
363 **Presidente:** Porque o projeto, Sônia, neste caso aqui, o projeto que pode esmiuçar o que tu  
364 quiser, tu não vai tirar dali. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
365 **Fazenda – SMF:** Eu concordo. Mas, para fluxo, não pode voltar porque o conselho não delibera  
366 para plano de trabalho. Nós não deliberamos, nós deliberamos o projeto, a proposta de um  
367 projeto ou a proposta de uma atividade. É isso que nós deliberamos. E deu. Olha, vou me  
368 recordar que recebi vários, o conselho não delibera sobre o plano de trabalho. Mas se a  
369 instituição... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
370 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, a gente não quer deliberar sobre o plano. A  
371 gente quer, quando tiver uma situação... Vamos pegar um outro projeto: é o da Cruzeiras de São  
372 Francisco, se não me engano é o nome. Frei Pacífico, tá? Também a instituição me apontou que  
373 teve inviabilidade técnica. Só para vocês recordarem o projeto, vocês sabem qual é? Aquele da  
374 praça, não sei o quê com a rampa, aquele projeto, o famoso assim, tá? Que passou por nós, nós  
375 fizemos a readequação, foi bem complicado para a instituição e tudo mais, a gente conseguiu,  
376 na última movimentação do processo, foi a minha resolução, a última. A instituição ontem me  
377 entrou em contato, e inviabilidade técnica. O que seria a inviabilidade técnica? Porque é  
378 somente, naquele projeto ali, por mais que a gente tenha adequado alguma questão, ainda estava,  
379 eu não tenho o documento final, mas ainda estava fora de uma proposta. **Sônia Rejane dos**  
380 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, eu não colocaria como fluxo.  
381 Eu acho que daí cabe uma análise caso a caso. Caso a caso quando ela bater, porque esse, por  
382 exemplo, eu não estava nesse conselho, entendeu? Se ele é lá de 21, de 22, e eu lembro também  
383 que houve um período de transição, lembra de ter um parecer no período de transição: projetos  
384 assinados, aprovados até tal data, segue assim; projetos a partir de tal data, vai seguir assim.

385 Então, como nós não estávamos, eu sugiro que venha para este pleno, caso a caso, e aí vai ser  
386 debatido. Não como fluxo, porque não é a regra, não é. Esse aí foi fora da curva, esse aí vai vir  
387 então, ok, daí a gente vai, não como regra. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
388 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas, de  
389 qualquer forma, qual é o fluxo de encaminhar? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
390 **Municipal da Fazenda – SMF:** Havendo divergência vem, mas caso a caso. **Larissa, Equipe**  
391 **Técnica do CMDCA:** Claro, é isso que eu acho que a Carol está trazendo: como que a gente  
392 vai proceder, por exemplo, nós ali na fase do resgate identificamos que, para não tornar inviável  
393 a parceria, a gente entende então, conversando com o conselho, que vai devolver para o  
394 conselho, que vai orientar a OSC a entrar em contato com o conselho para alterar o seu projeto,  
395 porque o seu projeto não atende tais e tais requisitos da 13.019. Então, é isso que a gente vai  
396 fazer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
397 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Aí a instituição nos procura para nós alterarmos o projeto.  
398 Tem a questão de pedir fora do prazo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**  
399 **da Fazenda – SMF:** Ele tem 180 dias. Venceu a carta, ele tem 180 dias para requerer, então  
400 ele está dentro do prazo. Cabe a nós só fazer a reescrita com ele. Ele entraria no ajuste. 'Bom,  
401 mas eu não quero mais comprar mesa, agora eu vou querer cadeira'. Por isso que a gente já vem  
402 alertando: faz abrangente dentro da portaria tal, porque lembra que voltava? Então, ele está no  
403 prazo. Então, não. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
404 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. Tá tranquilo. **Larissa, Equipe Técnica do**  
405 **CMDCA:** Diferente, Carol, do que a gente tem visto, que as OSCs apresentam um projeto  
406 adequado, chega na fase de apresentar o seu plano de trabalho, colocam ações que não estão no  
407 projeto. Daí também é uma, mas isso não é uma questão para ser tratada junto com o conselho,  
408 mas sim diretamente com a OSC. Eu acho que, daqui a pouco, de tornar isso mais claro, dar  
409 mais voz a isso: o que está no projeto tem que vir para o plano de trabalho. Eles não podem  
410 criar ações que o conselho não aprovou. O conselho aprovou tais metas, tais ações, tal  
411 quantitativo de atendimento, eles não podem estar criando coisas. Em todo caso, esses ajustes  
412 a gente tem feito diretamente com a OSC, mas isso também o que acarreta? Acarreta mais uma  
413 demora ali no momento para formalizar, então tem isso que acontece também, mas não  
414 interferiria, não voltaria para cá. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
415 **Fazenda – SMF:** Sim, daí é só ajuste. Eu acho que esses ajustes eu contaria como ajuste, está  
416 no prazo, não interferiria. **Maria da Graça Furtado, Secretaria Municipal de Inclusão e**

417 **Desenvolvimento Humano – SMIDH: Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:**  
418 Até tem esses outros detalhes ali, o financeiro, o detalhe assim, sim, a folha, não  
419 necessariamente. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**  
420 E acho que talvez a gente ir trabalhando com as OSCs cada vez mais no fórum, para eles, que  
421 vão propor, para ter uma coisa. **Larissa, Equipe Técnica do CMDCA:** O pessoal esquece.  
422 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas acho que  
423 eles esquecem. Mas quando a gente conversa com a OSC, quando está com problema, que nós,  
424 enquanto comissão de finanças e políticas, que a gente vem fazendo as reuniões em conjunto  
425 com as OSCs, é justamente para evitar esse retorno ou lá na frente não conseguir resgatar. Essas  
426 são as orientações hoje. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
427 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. E aí, também, eu acho que tem que  
428 dar ok, gente? Caso a caso, mas aí, a partir da orientação que a Larissa e a Graça fazem, volta à  
429 instituição, a instituição procura o conselho para poder ajustar o projeto, se for o caso ali de  
430 ajuste. Como será o exemplo deste de cá? Isso, como será este caso aí. Tá? Mas aí é importante  
431 que tenha este parecer pra gente poder também já pegar a partir do parecer o que que é. Que  
432 daí, por exemplo, esse do São Francisco, eu não achei o parecer. **Larissa, Equipe Técnica do**  
433 **CMDCA:** Não, é que ele é um formulário, é outra fase. Ah, não, esse eu não sei também. Eu  
434 não vou chutar, eu não sei o que é. É igual o Carol, Frei Pacífico? É, eu não sei. **Rosana**  
435 **Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**  
436 **APAE/Porto Alegre:** Mas eles não deram continuidade. Nós fizemos as orientações. **Carolina**  
437 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
438 **(Topogigio) – Presidente:** Ontem a Elisa me procurou questionando sobre como é que estava  
439 o projeto, porque daí eu disse: 'Olha, eu não sei'. Aí eu olhei o SEI, não tinha movimentação  
440 nenhuma. Não tinha SEI vinculado, não tinha nada. Achei estranho, mas ela trouxe como  
441 inviabilidade técnica, daí fechou mais ou menos as coisas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena**  
442 **Casa da Criança:** Carol, isso é como foi falado ali, a Sônia falou, esse aí de 23 passou na  
443 plenária, hoje ele está com essa situação, está pendendo na Finanças. Eu queria ver como é que  
444 está a situação, não vi ontem porque não tive ontem, a questão da Resolução 150. Talvez vocês  
445 tenham essa descrição do que é projeto, do que é proposta, para nós conselheiros, até alguns  
446 conselheiros novos agora, quase a metade, para gente estar inserindo. **Carolina Aguirre da**  
447 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
448 **Presidente:** Nós revemos agora em março. Não, concluiu agora no plano ali, na verdade a gente

449 está redefinindo. Mas assim, o que tem na Resolução 150? A Resolução 150, ela tem que ser  
450 atualizada, depois de uma atualização, bem isso. Porque com o decreto agora que saiu este ano,  
451 nós vamos ter que atualizar novamente a 150, também com o decreto. Tem algumas coisinhas  
452 mínimas, mas tem. Então, e também a proposta que a gente já estava trazendo com condições e  
453 tudo mais, era poder aproximar o plano de trabalho, quando vai fazer o resgate, da proposta  
454 apresentada inicialmente pela instituição, para que a proposta não fosse mais ampla, mas que o  
455 plano fosse mais detalhado, que daí tu possa fazer as apresentações que tivessem que ser feitas.  
456 Mas aí, na proposta, realmente entrar com as metas, com os objetivos, com o impacto, com bem  
457 a parte política do serviço e do que vai causar a proposta, e aí depois lá quando tu for fazer o  
458 resgate, daí tu esmiúça, que é mais ou menos o que a Sônia estava falando ali de entrar com a  
459 448. Mais ou menos isso, Sônia? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
460 **Fazenda – SMF:** É, de fato. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**  
461 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, mas assim, a gente vai ter que  
462 ver... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Mas o decreto que foi, ficou para  
463 fazer a resolução da plenária? **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Sim, do decreto  
464 novo, sim. Nós precisamos, na verdade, colocar em termos de instrução normativa e, inclusive,  
465 a questão da nossa capacitação. Eu vou precisar que a gente faça um escopo mais focado assim  
466 no que vocês precisam, entendeu? É plano de trabalho ajuda, vai estar uma pessoa de lá;  
467 prestação de contas, trazer o Renan; plano de parceria, vai ser a Dani; questões de assessoria  
468 jurídica, vai ser o Daniel. Então, em duas horas a gente vai conseguir ver tudo. Tem que ter o  
469 alvo, ter o apenas disso, vai ter que fazer. Daqui a pouco trazer um setor responsável que,  
470 inclusive, maçante, mas o monitoramento absorver o que a gente precisa. Ao mesmo tempo,  
471 talvez dê uma quebrada no raciocínio. Mas enfim, a gente vai ver o que é melhor para melhor  
472 pensar, para a construção de todos. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Até  
473 o que cabe ao fundo dentro do decreto. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Claro,  
474 com certeza. Mas trazer tudo aqui. O decreto, na verdade, ele é mais... Vou colocar assim, ele  
475 abre um pouco mais, ele não restringe tanto. Claro que a gente vai trazer as mudanças, mas ele  
476 abre um pouco nesse sentido. Ele é um pouco mais abrangente, um pouco mais facilitador. Mas  
477 claro que a gente vai trazer as principais mudanças para aplicar. E eu acho que agora é o nosso  
478 papel aqui. É o que eu falo: um plano de trabalho errado, a gente começa errado, chegar na  
479 ponta lá volta de novo. Então, a gente vai ficar voltando casinhas se a gente não tiver o plano  
480 de trabalho ajustado assim como o projeto, que é a nossa principal dificuldade. Inclusive, a

481 Sônia falou: 'Ah, mas como é que a gente vai ver se tem outras parcerias se desenvolvendo e  
482 não tem, tem que ser com vocês'. A gente não tem nem condições de estar verificando assim  
483 projeto a projeto da OSC se tem ou não tem e quem une, não adianta o sistema. Claro que a  
484 equipe faz todo o levantamento. Inclusive dependências. Mas a gente não tem até o que fazer,  
485 esse que vem lá de trás, 2018, 2019, para mim o negócio é o seguinte: vem todo mundo... O que  
486 está fazendo agora vai ter reflexo daqui a um ano e meio, dois anos. A gente vai conseguir  
487 enxergar isso? Agora é o ano e meio, dois anos da rota que a gente está traçando. Mas faz parte,  
488 a gente vai fazer para poder, com certeza, estar alinhado e atender a solicitação da presidente aí  
489 que quer baixar o prazo de repasse. E para nós é importante também. **Carolina Aguirre da**  
490 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
491 **Presidente:** A minha proposta é de diminuir o prazo de repasse das instituições. E aí de 90 ele  
492 quer para 60, e eu quero para 45. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
493 **Fazenda – SMF:** Ah, eu ia dizer que era 90, 60 a gente já está ganhando. Mas eu penso assim,  
494 Gustavo, o que a gente pode agilizar é pegar o decreto e o que cabe ao conselho, tá? É ver esses  
495 formulários, aí eu estava conversando com a Larissa. Isso eu acho que a gente pode agilizar  
496 desde agora, sei lá, a partir do mês de, nós estamos em abril, a partir do dia 1 de maio, projetos  
497 inseridos a partir de 1 de maio que vêm para captação, é trabalhar nos formulários que a  
498 secretaria trabalha. É bom para nós, enquanto conselho, é bom para as OSCs, que vão preencher  
499 o mesmo, e a gente já sai da largada com todos os formulários. Acho que isso a gente pode  
500 agilizar. Então, daí a gente faz uma resolução, da nossa 150, já tirando: se exclui o formulário  
501 A e B e inclui o formulário C e D, daí isso a partir de 1 de maio. Daí acho que vale começarmos  
502 por aí. Daí depois os outros ajustes de prazo, mas de 90 para 60 já ganhamos 30. Daí o que eles  
503 conseguirem agilizar depois, acho que dá para fazer uns testes assim. **Carolina Aguirre da**  
504 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
505 **Presidente:** Já tem os formulários? **Larissa, Equipe Técnica do CMDCA:** É que assim, tem  
506 os anexos no decreto, mas eles estão em formato de Word, e a gente tem que passar para Excel  
507 para poder anexar no processo. O que nos foi dito: a gente não pode tirar nada do que tem ali,  
508 pode complementar. Mas retirar não pode nada. Então, tem que ser dentro daquele modelo e  
509 ajustando conforme a necessidade. Mas daí é algo mais direcionado para gestores da parceria e  
510 para o pessoal da prestação de contas. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** É porque  
511 assim, como tem esse formato, inclusive a Dani, junto com a Samantha e com o Daniel, vão  
512 tentando ajustar a questão do plano de trabalho para ele ficar, assim, caso mais facilitador, na

513 verdade, da equipe. Não pode fugir nada dali, precisa acrescentar. E aí cabe também assim de  
514 voltar, de prender de que realmente assim, o pessoal tem que parar o que está fazendo para dar  
515 voto nisso aí para o ano todo. Então, a gente está com só um que está pendente, só o que eu  
516 queria caminhar não tem step. Espero que a nossa solicitação seja atendida no mínimo. Se vier  
517 um terço do que a gente pediu, já estou soltando foguetes. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
518 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É, mas então eu sugiro que pense assim, o que é  
519 de fato necessário para que venha para o conselho, e daí a gente parte daqui. Bom, se não dá 1  
520 de maio, 1 de junho, eu estou só dizendo assim que a gente tem que ter um início. E se o início  
521 é o formulário X, sem alterar mais o que é para vocês, por exemplo, se esse formulário vai  
522 alterar para gestores e não faz parte daqui, daí vai indo. Mas o básico... **Larissa, Equipe**  
523 **Técnica do CMDCA:** O projeto tem essas informações básicas que estarão no plano. **Sônia**  
524 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso, alguma coisa  
525 nesse sentido. Acho que começamos por aí, pelo menos tem uma ideia, e aí nós vamos trabalhar  
526 todos nós na mesma fala. Daí a OSC vai enxergar o que vocês vão precisar no plano de trabalho,  
527 o conselho vai enxergar, daí não vai ter essa derrapada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
528 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, só  
529 pra gente organizar então os projetos que tiverem alguma questão no plano, ou quando for  
530 revisto o projeto, vai retornar aí para a instituição com parecer, a instituição nos procura  
531 enquanto conselho pedindo para que a gente reveja o projeto, e aí a gente vai analisar e vai  
532 construir junto com a instituição o projeto. Ok? Então assim, gente, este parecer aí (*Slide*), foi  
533 dado pelo Procurador Felipe, que ele é da nossa PMS, que era antiga PGM, que agora é PMS  
534 11. Ele trabalha junto com a Doutora Cristiane Catarina e, então, o que de uma forma geral diz  
535 o parecer? Diz, pela Resolução 150 nós podemos fazer a transferência de recurso para o projeto  
536 com o mesmo objeto e a gente pode fazer a transferência de recurso uma vez. É isto. No parecer  
537 do procurador, ele traz de que essa transferência fere a vontade do destinador, da pessoa que  
538 está fazendo essa destinação, para aquele projeto. Nós questionamos porque muitas vezes a  
539 pessoa faz doação, vamos pegar assim, ela faz doação para o Pão dos Pobres. Ela não faz doação  
540 para o projeto número 1 do Pão dos Pobres, o projeto número 10 do Pão dos Pobres. Faz para  
541 o Pão dos Pobres, ou faz para o Parceiros, o Calábria, qualquer instituição. Muitas vezes o que  
542 difere é a tua atuação, o teu objetivo dentro daquele projeto. Mas a grosso modo, é para a  
543 instituição. Então, nós trouxemos isso e trouxemos de que na verdade a gente entende que não  
544 há impedimento legal de que diga que não, que não pode ser feita a transferência de valores. O

545 que ficou acordado? Que nós vamos organizar um documento, aí eu queria ajuda dos  
546 universitários, para fazer algumas questões de critérios para a transferência de valores, para que  
547 a gente possa construir junto com o procurador um texto possibilitando e dando critérios. Ou a  
548 partir do que poderia ser feita a transferência. Eu trouxe que na 150 nós já temos: a mesma  
549 OSC, é claro. O objeto parecido ou igual. Temos também dentro do prazo da carta de captação,  
550 e também uma justificativa feita pela instituição. E também se for o caso de excedente. Isso eu  
551 vou anotar que eu não tinha anotado. Caso excedente. E aí, o que foi pensado? Que pudesse ser  
552 feito uma justificativa a partir do processo referencial que é este processo aqui, justificando e  
553 colocando alguns casos. Por exemplo, ontem o Daniel trouxe um exemplo de algumas  
554 instituições que têm call center. Então, tu vai lá e liga para a Carolina e a Carolina doa 5 reais.  
555 E aí esses 5 reais de cada um, call center tem 1.000 pessoas, vamos dizer, fazendo as doações,  
556 como é que tu vai atrás desta pessoa? Sabe, então às vezes inviabiliza na verdade essa busca  
557 por esta pessoa. E também às vezes também temos aqueles doadores em que não querem se  
558 identificar, também pode acontecer. Também a gente juntar com o Comui também, porque o  
559 Comui tem a base de transferências praticamente igual à nossa, com as resoluções voltadas ao  
560 Comui, e pedindo uma reanálise, e foi levantada uma ideia de ser feito uma instrução normativa  
561 pelo Prefeito. Onde essa instrução normativa pudesse estar trazendo tudo em relação à  
562 transferência, que daí não seria um parecer do procurador, mas seria algo, digamos, maior. Eu  
563 no início disse que achava que não era necessário, achei que ia doer demais, instrução  
564 normativa, mas o todo ali achou que seria melhor para poder ter como orientação independente  
565 de governo, vamos dizer assim, para que pudesse simplesmente fluir a questão de transferências.  
566 Neste momento, não está sendo seguida, vamos dizer assim, a orientação de não transferência.  
567 Está sendo mantida, e os secretários entendem que é possível a transferência. Não há questões  
568 de impossibilidade quanto à administração. Mas este parecer que a gente vai ter que trabalhar  
569 ele um pouquinho. O procurador ele foi muito aberto para a gente poder construir junto, foi  
570 muito aberto também para a gente poder dialogar e poder ponderar as questões. E eu acho que  
571 isso foi bem bom. Tem algo sobre? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Não teria como  
572 no processo de doação colocar lá um textinho para o doador dar um tiquezinho de 'estou ciente  
573 de que, em caso x, x, x, autorizo a transferência desse recurso para um projeto da mesma  
574 instituição'? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da  
575 Cruz – Caimc (Topoggio) – Presidente:** A gente falou isso para colocar no sistema que a  
576 gente vai ter. Porque aí a gente poderia colocar lá, até eu brinquei nas entrelinhas, colocar lá

577 que a instituição deve respeitar x prazo para o fundo livre, ou 'gostaria de fazer a doação para  
578 qualquer projeto da instituição'. Nessa linha, não sei exatamente o texto que iria lá, mas aí tu  
579 pode marcar, e aí tu já marcou, daí é uma questão que a gente pode ver depois. Pelo menos a  
580 gente teria um aceite, mas isso ainda seria para o próximo sistema. Hoje, pensando na transição  
581 como a gente fala, a gente teria que pensar uma forma neste período. Então, a gente pensou  
582 dessa forma para a gente poder organizar de uma forma mais rápida e que dê tranquilidade para  
583 todos. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então,  
584 deixa eu só fazer uma pergunta agora para o Gustavo. Como ele não está em formato de parecer,  
585 ele está em formato de despacho, eu, porque eu recebi uma pergunta hoje de uma OSC, posso  
586 encaminhar uma transferência? Poder tu pode. Se nós vamos acatar ou não vai ser uma outra  
587 questão se a secretaria propuser. Daí me lembrei disso. Então, pode? **Gustavo Dal Ponte,**  
588 **Coordenador FUMID:** Pode. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
589 **Fazenda – SMF:** O que eu vejo, complementando o que disse a Carol, eu acho que os critérios  
590 já estão ali nas duas resoluções dos dois conselhos, têm alguns critérios. Então, também é  
591 importante que se diga que ninguém transferiu, não houve uma transferência sem avaliar  
592 aqueles critérios ali. Claro, podemos melhorar, acho que sim. Penso também que tem que  
593 colocar no formulário, no que for agora, que o doador já deixa autorizada qualquer transferência  
594 entre a OSC, porque sempre se cuida a questão do objeto: se é acolhimento com acolhimento,  
595 se é serviço de convivência com serviço de convivência, tendo dentro desse objeto do que era  
596 de um para o outro, para evitar esses desacertos assim. E tem a questão do excedente, porque  
597 na verdade, às vezes sim, temos muitas OSCs que fazem uma carta x e têm x mais um, mais  
598 dois. E onde é que fica esse excedente? Porque justamente esse excedente está integrado na  
599 resolução dizendo que o excedente pode ser transferido para um projeto da OSC aprovado pelo  
600 conselho. Então, isso tem que estar integrado. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:**  
601 Aquele do Frei Pacífico, não tem recurso assim. Não que esteja ilegal, entende? Ele fala assim:  
602 'como é que a gente vai receber controladoria, apontamento de Tribunal de Contas?'. Claro que  
603 existe aí um controle do sistema, como contou para a Carol ontem, o sistema consegue nos  
604 resolver. Mas ao mesmo tempo, inclusive falou assim, foi objeto de conversa ontem: uma  
605 solução seria plausível se a OSC faz um projeto 'Criança Feliz', vou atender 10 crianças, ok?  
606 Meu objeto são 10 reais. Eu captei 20. Bom, então a gente poderia mexer no projeto, mudar o  
607 plano de trabalho e a OSC fazer uma complementação a esse projeto. **Sônia Rejane dos Santos**  
608 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas aí nós vamos ter que alterar a

609 resolução, porque hoje a resolução diz o quê? Não posso alterar o valor da carta de captação  
610 aprovada. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** E aí o importante foi o procurador falar:  
611 'cara, eu sou muito aberto às transferências, eu só preciso resolver o meu problema'. Então, se  
612 a gente precisa alimentar isso, são soluções. Então ele jogou, deixou o brinquedo no ar e vamos  
613 conversar sobre isso. Claro, porque eu tenho certeza que o sistema resolve isso para nós. Olha,  
614 é 1 milhão, é. Barrou aqui, o doador, e agora? Vai ligar para a OSC, faz o quê? Aí tu vai ver o  
615 projeto, enfim, vai ver com o doador, vai entrar em contato. Mas a preocupação do procurador  
616 ela é muito válida nessa questão de realmente: tomada de contas. Eu tenho 16 apontamentos de  
617 planos de trabalho de uma OSC. 13 assim não são teoricamente... **Sônia Rejane dos Santos**  
618 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tá, mas o apontamento, eu acho que  
619 apontamento eu também tenho lá nos meus contratos, com alguns apontamentos. Mas o  
620 apontamento era em requisito de transferência. Entendeu? [Falas concomitantes]. Num segundo  
621 momento, acho que essas questões, penso que sim, se nós vamos alterar a carta, isso é previsto  
622 em legislação ou não. Então, ele é um outro, um outro estudo que nós vamos ter que mudar. E  
623 eu acho também que talvez, numa fala, acho que talvez a nossa controladoria, a nossa  
624 controladoria acho que poderia vir e também conversar com o conselho, acho que também isso  
625 cabe. Não para isso. Talvez como orientações, às vezes, como, né? **Carolina Aguirre da Silva,**  
626 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**  
627 É, até o procurador deu uma sugestão que na formação que a gente vai fazer, tenha a PMS e  
628 também tenha a controladoria, porque a gente vai ter que entender, porque a gente também  
629 questiona, 'ah, mas onde é que está o parecer da controladoria, cadê?', né? Então, a gente tem  
630 que ver, cadê o parecer? Porque tu está entendendo desta forma? O que tu está vendo? **Sônia**  
631 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Porque, assim, muitas  
632 vezes quem está lá na controladoria ela não entende o teu serviço lá na ponta, entendeu? Ela  
633 não entende, ela é cara crachá, a lei diz isso e eu tenho isso. Então, eu acho que muitas vezes é  
634 também de sentar e conversar. O que tu entende disso? O que por isso, por isso? Entendeu? E  
635 também, assim, não dá para ficar ligando para doador. Às vezes, tu pega R\$ 1.000,00 lá e tem  
636 20 doadores. Estou fazendo advogada do diabo porque, do outro lado do balcão, tu está  
637 trabalhando: 'aceita a minha OSC que transfira de A para A'. Então, a gente tem que pensar  
638 muito, é isso só, Gustavo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
639 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, mas então a gente encaminhou que vai  
640 ter que fazer esse documento. No 3872 ali, nos processos relacionados, não, é a instrução

641 normativa. Aqui na instrução normativa, ela está abrindo, na verdade, o fluxo administrativo  
642 para todas as parcerias da SMIDH. O que é isto? Está aberto o credenciamento no site da  
643 SMIDH, e aí eu solicitei que a gente colocasse também no site do CMDCA para que as  
644 parcerias, elas tenham para que elas sejam feitas dispensas de edital. Porque quando tu faz a  
645 Resolução 150, tu faz o fomento. Aí quando tu faz o fomento, tem uma dispensa de edital. Aí  
646 para que tu tenha a dispensa de edital, foi solicitado que tenha sido feito o credenciamento das  
647 instituições para poderem sempre referendar aquele edital de credenciamento ali. Ou seja, todas  
648 as instituições que vão fazer parte ou de uma Resolução 150, ou até se a gente quiser, até do  
649 edital, é interessante que possam fazer este credenciamento. A única coisa que eu não vi, não  
650 sei se o senhor pode me ajudar, é o prazo desse edital de credenciamento. Eu não sei também,  
651 eu não olhei aqui. **Francyne da Rosa, CEMME:** Carol, esse credenciamento da SMIDH, ele  
652 vai ser para Assistência Social, Criança, captação de recursos ou futuros editais, essas coisas  
653 que podem? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da  
654 Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Gustavo, pode nos ajudar em relação ao  
655 credenciamento? **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Bom, ver se eu consigo.  
656 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc  
657 (Topogigio) – Presidente:** Se ele é só para o fundo da criança? **Gustavo Dal Ponte,  
658 Coordenador FUMID:** Não, não, para todos. Assistência, idoso, setor de secretaria, ele é geral.  
659 O credenciamento é geral, tá? Não é só para o fundo da criança. **Carolina Aguirre da Silva,  
660 Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –  
661 Presidente:** Ou seja, então, qualquer questão tem que estar credenciado. **Sônia Rejane dos  
662 Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas está lá: a presente instrução  
663 normativa, as hipóteses de parcerias precedidas de credenciamento. **Gustavo Dal Ponte,  
664 Coordenador FUMID:** Mas o credenciamento, esses documentos, eles são muito tranquilos.  
665 Eles são basicamente os mesmos que o próprio credenciamento. **Sônia Rejane dos Santos  
666 Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E ele vai ser feito uma só vez para trabalhar  
667 com a SMIDH em qualquer área que for. Nscgustavo E dispensas de edital público, enfim, tem  
668 que estar credenciado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do  
669 Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Como a gente está sob o guarda-chuva da  
670 SMIDH, vamos dizer assim, e quando é feito um edital, por mais que tenha o projeto pelo  
671 conselho, a ordenadora ali é a SMIDH. Então, tem esta vinculação com a secretaria de uma  
672 forma ou de outra. Compreendido? Tá, o outro daí. Aí o outro processo, por favor, Viviane.

673 Aqui é o outro processo em que fala sobre a legalidade de projetos ou atividades com objeto e  
674 atendimento exclusivamente indireto financiado pelos fundos. Este documento, depois a gente  
675 vai colocar ali para vocês poderem ter acesso a esses documentos todos, os processos. Mas aqui,  
676 eu nem vou entrar muito na questão jurídica, porque eu vou confessar para vocês que eu não li  
677 ele todo, a gente tem que ler para poder compreender certinho. Aqui ele está falando que, por  
678 exemplo, o conselho, ele tem atendimentos direto à criança e atendimento indireto à criança.  
679 Atendimento indireto é quando tu faz assessoria, formações, capacitações, pesquisas de uma  
680 certa forma que vai chegar no atendimento direto, mas tu não atende diretamente a criança. É  
681 isto aí. Aqui neste parecer vai falando da questão se pode ou não essa instituição de atendimento  
682 indireto fazer captação de recurso e ser pago pela 13.019 ou de acordo, principalmente se ela é  
683 somente atendimento indireto. E hoje nós temos bastante instituições de atendimento só  
684 indireto, mas também temos instituições que atendem direto e indiretamente a criança. Eu acho  
685 que isso aqui depois a gente combinou até lá com o procurador e que é um parecer da  
686 Procuradora Cristiane Catarina, que quando ela retornar agora das férias dela, a gente possa  
687 estar agendando para a gente poder conversar na mesma linha em que a gente vai fazer a questão  
688 da transferência de recurso. Sentar, construir, poder ver o que está sendo argumentado, então  
689 tudo isso para a gente poder ponderar. Então, depois eu vou colocar ali para vocês poderem ler  
690 para a gente poder estar por dentro de todos os pareceres que estão sendo colocados. Até uma  
691 questão que daí acho que sim, Gustavo, de que a gente possa, e aí a Viviane também, quando  
692 surgirem alguns pareceres assim, antes de colocar no site do CMDCA, disponibilizar para os  
693 conselheiros. Sabe, porque foi colocado no site do CMDCA e aí a gente não tinha este  
694 conhecimento. Ok sobre isto? Então, tá. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**  
695 Tenho uma dúvida. Essa parte de novos pareceres aí, sem conversar com o conselho, de querer  
696 as resoluções, as diretrizes, sem conversar que a gente também. Eu não li, acho que os outros  
697 não leram, de basear nesses pareceres... Não sei se é para a 13.019 ou objeto à criança... E isso  
698 é uma discussão. Essa gestão aí está vindo sempre com essas demandas, sem conversa, sem  
699 diálogo, sem conversa com o procurador. Aí poder fazer essa leitura e ver em que base foi  
700 parecer e em que base a gente tá trabalhando, desenvolvendo as nossas atividades, desde já. E  
701 agora está aparecendo esses pareceres aí, e a gente já vinha trabalhando, desenvolvendo e  
702 deliberando em cima das nossas resoluções. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
703 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ontem o  
704 procurador trouxe os pilares, vamos dizer assim, de legalidade: o decreto, a lei federal, o decreto

705 municipal, resolução, qual é a hierarquia. E aí eu disse assim: “não, isso aí nós temos bem noção  
706 do que é”. Mas independente até mesmo, o conselho ele nunca tem a intenção, e acho que nunca  
707 faz, de ir contra algo assim. Uma resolução não vai contra uma lei federal, uma municipal, nem  
708 nada. A gente pode até ser contra, mas a gente não vai contra. A gente não vai fazer isto assim.  
709 Agora, quando é feito um parecer, tanto o processo de questão de transferência quanto o  
710 processo deste atendimento indireto, são processos que foram abertos há mais de um ano para  
711 ter o parecer da PGM. E aí agora é que está tendo estes pareceres. Era também uma outra  
712 compreensão de gestão da secretaria. Era uma outra compreensão muitas vezes das  
713 possibilidades em que a gente tinha e tem quanto à 13.019, que é uma lei federal. Então também  
714 isso a gente vai ter que trazer. Por isso que eu disse assim, ontem quando foi trazido sobre a  
715 questão de atendimento indireto, eu disse assim: “ó, eu vou ter que ler para eu poder entender  
716 qual o embasamento legal em que está sendo trazido para a gente poder discutir”. Aí ele disse  
717 assim: “ah, vamos discutir agora”. “Não, não estou apta para discutir agora”. Eu preciso  
718 entender o que está falando para eu poder dizer: olha, concordo, não concordo, como é que tu  
719 viu isso na lei que eu nunca tinha visto? São essas questões mais assim. Então, convido vocês  
720 todos para a gente poder fazer essas leituras, para a gente poder se estar dentro desses pareceres.  
721 Isso não mexe só com uma comissão, mexe com todo o conselho. Isso não mexe com uma  
722 instituição, mexe com várias instituições em Porto Alegre. Então, é uma mudança em que a  
723 gente vai ter que entender para ver o que a gente vai fazer, se a gente vai ser favorável, qual é  
724 o procedimento que a gente vai fazer, e aí vai. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
725 **Criança:** Quem que fez o parecer, Carol? Eu que não sou da parte jurídica. **Gustavo Dal Ponte,**  
726 **Coordenador FUMID:** Não, assim, deixa eu tentar ajudar. Quando a PGM emite um parecer,  
727 pode haver com certeza que pintou uma dúvida aqui na secretaria-geral que a gente passou para  
728 a nossa jurídica, e a nossa jurídica em algum momento viu óbice dela mesma mudar o veredito.  
729 Olha, isso aqui o buraco é um pouco mais embaixo. E sempre são casos que aconteceram, na  
730 verdade, isolados, enfim, ou daqui a pouco até mais casos que eles juntam e anexam no na  
731 consulta. A PGM cresceu na consulta e diz: opa, agora é a minha vez. Ela vai lá e emite o  
732 parecer de acordo com o que foi perguntado, e aí vai de encontro com o que a senhora disse.  
733 Daqui a pouco o procurador vai na legalidade. Ele pega a lei, abre a lei e não, isso aqui é legal,  
734 isso não é legal. Ele não tem o conhecimento de uma OS, do dia a dia, de como foi feita a  
735 resolução, entende? Por isso que o Filipe ontem, eu tenho certeza que a Cristiane vai ser da  
736 mesma linha, de ouvir vocês e dizer: olha, estou aberto a entender o lado de vocês para a gente

737 poder juntos construir. O que eu não posso é fugir de uma legalidade do procurador. Mas  
738 construir com o conselho? Super tranquilo. Então, quando vem o parecer, ele é resolutivo: pode  
739 ou não pode. Ele não vai ficar: ah, não sei. Vai vir e dizer: olha, isso é ou isso não é. E ele é  
740 discricionário, o secretário pode ou não concordar. Qualquer transferência não é permitida pelo  
741 procurador, não é permitido. O secretário do fundo disse: não, por enquanto que a gente não  
742 constrói junto, autoriza a transferência. Então, o parecer quando ele vem assim, ele vem  
743 exatamente de dúvidas que pintam aqui na secretaria, e disse: olha, de acordo com o plano de  
744 trabalho, em relação à OS, eu acho que aqui é indireto e para mim não pode. [**Falas**  
745 **concomitantes**]. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Eu não tenho  
746 acesso a este processo. Ele está como CMDCA/SMIDH, eu acho que eu não estou com ele, eu  
747 só estou nas comissões. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
748 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A gente pode colocar nas comissões aí,  
749 Viviane. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Tá, porque seria bem  
750 importante ter acesso para tentar ler. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
751 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É porque é isso também,  
752 gente. Às vezes a gente tem que ler todo o processo para poder entender o parecer. Porque ler  
753 só o parecer tu não vai compreender da onde surgiu aquilo ali. **Airton Ferronato, Secretário**  
754 **Adjunto da SMIDH:** Todos nós sabemos aqui, o parecer da PGM, ele não tem força de decisão.  
755 Ele é opinativo. Agora, a experiência que eu tenho de gestão e de ordenador de despesa, um  
756 parecer de uma procuradoria, ele tem uma força bastante grande, e que dificulta muito nós,  
757 enquanto gestores, tomar uma posição contrária a esta posição da procuradoria. Portanto, essa...  
758 não que tenhamos contra, e o encaminhamento que você deu foi ótimo, creio que se está  
759 provocando a PGM para, entre aspas, se conseguir uma revisão do parecer, porque ela se  
760 manifesta nesse claramente de que não pode ser assim. Uma revisão do que eles escreveram é  
761 difícil, no caso aqui do que tu queres provocar, da Cristiane. **Carolina Aguirre da Silva,**  
762 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
763 **Presidente:** Tá. A Viviane está colocando ali para vocês já nos grupos, no grupo, e aí depois a  
764 gente pede a liberação da SMIDH, né? Aí pede para nós. Outra questão também, gente, então a  
765 formação nós vamos estar fazendo no dia 3 de junho e aí a gente vai ver se a gente vai fazer  
766 aqui, se a gente vai fazer onde, a gente organiza. Mas eu queria daí ver com vocês quais assuntos  
767 em que a gente pode estar trazendo. Eu pensei no decreto, pensei nos apontamentos do Tribunal  
768 de Contas. Que mais que a gente pode botar? Pode ser da controladoria também. Isto? Então,

769 do decreto e anexos. Certo. Aí, vocês se lembram de mais algum? Certo. Outra questão também,  
770 na semana que vem, na quarta-feira pela manhã, vai ter uma reunião com secretários e o centro  
771 do governo com o Secretário André Coronel pela manhã. Aí, o que é a nossa pauta lá? É o  
772 retorno das questões que a gente já levou anteriormente: estrutura, RH, recurso do fundo. Então,  
773 todas essas questões assim. É um tema de casa em que a secretaria tinha, era fazer uma proposta  
774 de RH para ser enviada até, acho que foi semana passada ou retrasada a reunião, até aquela  
775 semana, final daquela semana lá. Ontem, eu questionei o Gustavo. O Gustavo disse que já tinha  
776 sido entregue ao Secretário André Coronel a proposta do RH. Também questão de logo. Nós  
777 votamos a nossa logomarca na semana passada, o nosso logo, e nós temos que fazer um processo  
778 SEI apontando essa construção do logo, para que possa estar justificado e tudo mais registrado,  
779 e também fazendo uma proposta de alteração ao logo do Fundo Criança porque pela secretaria  
780 não há problema nenhum, mas tem que fazer este processo SEI de rito também. Então, só para  
781 justificar para vocês. Recursos do FUNCRIANÇA. Recursos do FUNCRIANÇA, então nós  
782 temos algumas questões do FUNCRIANÇA que foi trazido na reunião com secretários, todas  
783 essas reuniões em que a gente foi fazendo. Nós temos o sistema que é hoje nós temos um sistema  
784 que é o SIAS, em que o SIAS ele está hiper mega super desatualizado. Ele é de 2000, acho, por  
785 aí, e ele não tem mais atualização pela Procempa. Não conseguem ir mais além. Nós não  
786 conseguimos fazer muito detalhamento nas prestações de contas quanto ao FUNCRIANÇA. A  
787 Jennifer e o setor responsável, eles fazem os controles a partir de planilhas de Excel. Fazem  
788 também o levantamento dos processos, processo a processo. Então, quando, por exemplo, fazem  
789 uma transferência de recurso, aí tem que anotar na planilha e no sistema, se couber no sistema,  
790 a transferência para a carta de captação x do dia x, não sei o quê, ou na planilha de Excel. Como  
791 disse o Gustavo, tem planilha de Excel que tem mais de 100 e poucas linhas. **Gustavo Dal**  
792 **Ponte, Coordenador FUMID:** Não, a de doação tem 17.000 do FUNCRIANÇA e 8.000 do  
793 Fundo Idoso, linhas. Alguma chance de dar erro disso? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
794 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Todas. É,  
795 então isso aí não tem como tu fazer correto. Não tem. E são pessoas também que estão ali atrás.  
796 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É uma demanda  
797 desnecessária se tivesse um sistema, porque elas poderiam trabalhar em outras coisas, agilizar  
798 o pagamento. Cairia de 90 para 30. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não, 60 dias  
799 eu consigo, 60 eu chego. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**  
800 **– SMF:** Não, desde que tenham um sistema. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não,

801 se me derem efetivo e o sistema, eu chego a 30. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
802 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas aí a  
803 gente dá efetivo, sistema e internet. É incrível não ter internet, mas é só na quarta! **Gustavo Dal**  
804 **Ponte, Coordenador FUMID:** A nossa dificuldade de efetivo de pessoal aqui é muito boa. A  
805 equipe dos fundos, a equipe da secretaria é de mãos... A equipe é sensacional. Só que assim, a  
806 gente não tem controle. Eu não tenho assessor de férias, o jurídico não teve uma pessoa para  
807 botar no lugar, ficou sozinha, porque eu não tenho assessor. A moça que estava, a antiga CC,  
808 ela foi exonerada dia 31 de dezembro. Ou seja, ficou sem chefia. Gestão de parceria, eu tenho  
809 duas: um FUNCRIANÇA e um Fundo Idoso. Se uma adoce, bate o FUNCRIANÇA e bate o  
810 Fundo Idoso, assim. Este que está trabalhando com efetivo de pessoal, outro estagiário. Até se  
811 consegue, mas estagiário não assina, estagiário não tem poder de decisão. Financeiro, a Jennifer  
812 tem três pessoas aí para fazer 150 milhões de pagamentos, entende? Então, realmente assim, a  
813 gente, entre aspas, brinca com a questão do sistema e de efetivo, mas ela é uma verdade. E essas  
814 17.000 linhas foram preenchidas exatamente por causa disso: recibo por recibo, doação por  
815 doação, veio de tal para fulano de tal, identificação, não identifica. Imagina além de ter que  
816 digitar, parar para verificar dados do doador, de onde que está vindo o projeto. **Carolina**  
817 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
818 **(Topogigio) – Presidente:** E aí, então, com essa questão do sistema, vai ser questionada a PMS,  
819 a gente já tinha falado sobre isso, mas assim, o que a gente consegue pagar com o recurso do  
820 FUNCRIANÇA de estrutura para o CMDCA? De estrutura para o fundo? Legalmente, o que  
821 que a gente consegue pagar? A gente consegue pagar o sistema? Mas a gente vai questionar. A  
822 gente consegue pagar uma adequação de espaço para o CMDCA para nós nos mudarmos de  
823 uma vez? Entende? A gente precisa saber o que a gente pode e o que a gente não pode pagar. A  
824 gente pode investir, não sei, sabe? Porque assim, falando mal da Prefeitura, posso? A Prefeitura,  
825 ela muitas vezes olha o recurso do fundo do CMDCA e acha que faz parte do recurso da  
826 prefeitura. E não é recurso da Prefeitura. A Prefeitura, ela não pode dispor nos seus planos o  
827 recurso do CMDCA para a Criança. Ela pode propor? Pode, sempre pode. Mas ainda vai passar  
828 por este pleno para a gente poder organizar e decidir. Agora, eu também já trouxe para os  
829 secretários de que a estrutura administrativa, física, financeira, toda administrativa, pela lei, é  
830 da prefeitura. Mas também tem, lá nas orientações do Conanda, a brecha de que tu pode em  
831 alguns momentos. Então, é essas as brechas em que vão, vamos ver de acordo com o parecer da  
832 procuradoria o que a gente consegue. Se for possível, eu penso em que é super viável a gente

833 fazer o sistema de uma vez. Se for possível, eu penso que é super viável a gente pegar as nossas  
834 duas cadeiras que a gente tem, duas, e se mandar para outro prédio. Sabe? Então, assim, eu  
835 penso nisso. Porque não tem por que a gente ficar com o recurso ali e não fazendo o que a gente  
836 pode fazer de melhoria. Que a gente melhorando o sistema, melhorando a internet, melhorando  
837 não sei o que, tudo melhora para as instituições também. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
838 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, eu acho que é bem tranquilo. Mas a gente  
839 abriu esse processo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
840 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não. Ainda não. **Sônia Rejane dos**  
841 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas eu acho que a gente pode  
842 tentar, como a estrutura é a mesma para os dois fundos, acho que dá para fazer meio a meio o  
843 rateio. Mas pensa pelo IGD/SUAS, por exemplo. Quem trabalha com a assistência social, o  
844 IGD, pelo índice, é um recurso federal. Eles estipulam um percentual que pode ser utilizado  
845 para o Conselho da Assistência Social. Então, há pouco tempo, pelo IGD, através de uma  
846 resolução do conselho, enfim, tem todo o regramento, a gente talvez poderia pensar, daí o  
847 Gustavo vai pensar nos moldes dele, do percentual para isso, que daí tu pode contratar o sistema.  
848 Há pouco tempo, as gurias estavam atrás de cadeira. Estavam reclamando de cadeira. Daí eu  
849 disse: mas tem um registro de preço aberto e nós temos o recurso do IGD. Elas compraram  
850 todas as cadeiras lá para o conselho, entendeu? Compraram o computador. Então, eu acho que  
851 se este é o nosso gargalo, entre outros, eu acho que só não pode essa manutenção, por exemplo,  
852 do dia a dia. Mas uma coisa pontual, compreendi o aparelhamento, vamos dizer assim, acho  
853 que dá para pensar nessa linha do IGD/SUAS, que tem, ele tem um percentual dele. O que vem  
854 é um percentual que tu pode, daí onde que nós entraríamos, das retenções, que seria do livre,  
855 por óbvio, né? Mas do livre, alguma coisa ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
856 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas eu não  
857 entendi. Esse IGD, ele não é... **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
858 **Fazenda – SMF:** Não, o IGD é o recurso. É o índice de descentralização. Eu não lembro o  
859 nome ali. Índice de não sei o que lá do sistema da assistência social. Daí ele vem, ele é  
860 contratualizado, enfim, pela SMAS com o federal. Com recurso, ele é recurso federal. Mas ele  
861 diz, um percentual dele, acho que é 2% ou 3%, sei lá, uma coisa assim, tu pode utilizar para o  
862 conselho. Então, tu pode pagar, por exemplo, lá diárias de dos conselheiros do SUAS, entendeu,  
863 com este recurso. Tu pode pagar viagens, passagens de de de para para para os conselheiros. Tu  
864 pode comprar um computador, tu pode comprar cadeira. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**

865 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Aí fazer  
866 mais ou menos o mesmo estilo aqui. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**  
867 **da Fazenda – SMF:** Nesses moldes tu pensar, se a procurador entender, poderíamos, talvez,  
868 porque ele não deixa de ser um recurso federal, uma vez que ele é da isenção do imposto, nesses  
869 mesmos moldes, entendeu? O que a gente poderia ter. Há pouco, as gurias compraram as  
870 cadeiras. Isso para nós é interessante. A mesa, um computador, também foi comprado com esse  
871 recurso, entendeu? Daí, às vezes, um conselheiro precisa viajar para, porque isso, o presidente,  
872 a gente pode definir: ah, vai ser o presidente, o vice-presidente, sei lá, para um congresso, para  
873 alguma coisa, tem esse recurso vinculado ao conselho. Acho que, se tem essa possibilidade, daí  
874 a procuradoria poderia pensar nessa linha. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
875 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Entendi. É,  
876 bem o modelo deles que dá certo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
877 **Fazenda – SMF:** E lá tem. Então, tem até passes, claro, daí o passes para alguns conselheiros  
878 que são do usuário, que sabe que não não vai ter, então também tem essa condução. Mas enfim,  
879 dentro do SUAS. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
880 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, então a gente vai, nós vamos organizar essa  
881 consulta para poder entender o que pode e o que não pode, para a gente poder estar organizando  
882 o todo. Aí, eu tenho mais dois só. A outra questão é a Lei da Escuta Protegida, que está sendo  
883 encabeçada por nós aqui, conselho e conselho tutelar, aí também está o Carlos, está a Saúde, o  
884 CRAI, vários setores para fazer o GT da Escuta Protegida. Então, o que aconteceu? Teve  
885 também um parecer da PGM dizendo que a gente deveria estar construindo, nos moldes do  
886 plano da primeira infância, que foi feito um GT, vamos dizer, um grupo de trabalho, uma coisa  
887 nessa linha, só dos órgãos da Prefeitura e aí depois, num segundo momento, uma audiência  
888 pública e depois a a construção do GT propriamente dito, que é algo que a gente entende que a  
889 lei, da escuta protegida, é diferente, que a própria quem é o responsável seria o conselho  
890 CMDCA, que estaria puxando, mas que o GT ele não precisaria fazer todos esses trâmites, mas  
891 fazer direto o GT com todos os entes e aí fazer já o serviço que a gente está mais do que atrasado.  
892 Por exemplo, para vocês terem uma noção, Guaíba, uma cidade bem menor do que nós, já tem  
893 há mais de 1 ano o todo fluxo da escuta protegida e Porto Alegre não tem. E aí, então, o que a  
894 gente acabou fazendo agora essa semana, a gente fez uma reunião com o GT que a gente já  
895 tinha organizado, que é um *petit* GT, como a gente fala, e a gente encaminhou pelo conselho e  
896 pela SMIDH para o procurador-geral para fazer uma outro parecer, para a gente pedir uma

897 reanálise. A gente poderia questionar e fazer, sim. Só que, a gente é contra o que está ali na lei,  
898 sabe? É contra. Depois vocês deem uma olhadinha na melhor na lei. Mas assim, é contra o que  
899 está na lei, é contra do que se tem cidades que já fizeram deste jeito, por que Porto Alegre tem  
900 que fazer diferente, sabe? Nisso não tem por quê. E também já estava desde o modelo do  
901 decreto, quase na mesa do prefeito para ser assinado, aí teve que voltar lá para a PMS para poder  
902 ter o parecer, para poder tudo mais. Lá no início do ano eu disse de que a gente não iria tomar  
903 posse enquanto conselho se a gente não tivesse a lei da escuta protegida sancionada lá no próprio  
904 dia, com o prefeito. Então, não rolou, não deu certo, tem empecilhos, tem travas, e aí a criança  
905 está lá, assim, ela não tem condições. Então, nisso a gente resolveu bater o pé para a gente poder  
906 desburocratizar um pouco em relação a isso. Já que está há mais de um ano, então vamos tocar  
907 de uma vez agora por todas. E o último é hoje de manhã nós fomos chamados para uma reunião  
908 com o Ministério Público e a SMIDH aqui, onde foi nos apresentado um projeto para  
909 implementação e formação do SIPIA. O SIPIA ele é um sistema onde vai ter tudo dos  
910 atendimentos que o conselho tutelar faz. Vai ter todos os procedimentos e atendimentos em que  
911 foi feito com aquela criança, com aquela família, e a parte que eu acho muito interessante do  
912 SIPIA é que ele é federal. Então, enquanto federal, aquela criança que está aqui em Porto  
913 Alegre, daqui a pouco amanhã está lá em São José, em Santa Catarina, consegue o prontuário,  
914 o documento, o expediente acompanhar ele. Porque acontece isso demais. Não tem a  
915 continuidade deste atendimento para esta criança porque Brasil é brasilão. E aí, então, com o  
916 SIPIA tu tens esta possibilidade de trabalho. De novo, o poder público, ele é responsável pela  
917 infraestrutura. Eu botei assim: quem tem que implantar, implementar ou colocar em ação, o  
918 SIPIA. Então, o poder público, a Prefeitura, deve formalizar a adesão, garantindo a  
919 infraestrutura, computador, internet e RH, e capacitar a equipe para o uso do sistema. O  
920 conselho tutelar é responsável por alimentar o sistema diariamente, com os registros de  
921 violências em relação ao ECA e tudo mais. E a gestão estadual e nacional, ela é coordenada  
922 pela secretaria nacional, e ela também é coordenada e fiscalizada também pelo CMDCA. Então,  
923 nós estamos, enquanto conselho, atrasados, na verdade, com esta responsabilidade que também  
924 nos cabe. Hoje foi apresentado um projeto em que teria um RH para cada microrregião e mais  
925 dois RH para trabalhar aqui no conselho pelo ACT. Mais quatro, na verdade. O que a gente fez  
926 como proposição? Esse recurso sairia do FUNCRIANÇA. O que a gente fez de proposição, de  
927 que fizessem igual foi feito no edital de acolhimento institucional. Enviassem o projeto,  
928 passasse pelas comissões, as comissões vão fazer a análise, aí depois das análises da finanças,

929 da política, a gente analisa quanto à comissão, quanto ao plenário. É algo também em que, como  
930 disse a Promotora Maria Augusta, em que momentos extraordinários, os momentos diferentes,  
931 momentos excepcionais, um recurso do FUNCRIANÇA, ele pode ser abrangido para essa linha  
932 com o CT também, de capacitar e qualificar o conselho tutelar. O que eu disse é de que neste  
933 projeto, quando a gente apreciar, ele deveria ter uma continuidade da prefeitura. Por exemplo,  
934 há um ano em que vai se ter pelo conselho ou pelo FUNCRIANÇA, a partir de x período, a  
935 prefeitura complementaria o recurso, manteria o recurso. É essa continuação que tem que se ter  
936 para poder a gente começar a conversar. E também foi falado de que a Promotora Maria Augusta  
937 disse de que faria um TAC, faria um TAC que condicionaria a liberação do recurso, toda a  
938 parceria que a gente fosse fazer, a assinatura de um TAC com o Prefeito e o Ministério Público,  
939 para que o Prefeito ficasse responsável por essa continuidade do serviço e a implantação real  
940 do SIPIA em Porto Alegre. Então, trago para vocês porque vai começar a gerar nas caixas do  
941 SEI e a gente precisa analisar e fazer um parecer e fazer uma construção entre nós. **Tarsila**  
942 **Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Só queria deixar uma pontuação aí. A  
943 gente acompanhou, acho que a gente não pode normalizar, eu acho. É a minha opinião. Que  
944 temas tão estratégicos assim, estratégicos em nível nacional. Estou falando do SIPIA. Não é à  
945 toa que o ministério, o governo federal desenvolve um programa, um sistema, que tem que ser  
946 integrado, que se propõe a integrar dados, se intercomunicar em nível nacional, e jogue isso  
947 dessa forma nas costas do município. Eu digo assim, a gente acompanhou. Como é estratégico,  
948 por exemplo, o sistema como o sistema da base de dados da saúde, por exemplo, em que a gente  
949 tem, desde o início, uma participação muito ativa do governo federal, inclusive em financiar  
950 equipamento, financiar capacitação. Então, assim, eu sei que a gente não está em condição de  
951 pegar e questionar o ministério, questionar um governo federal, mas isso cai nas costas do  
952 município sem nenhuma proposta de cofinanciamento. E isso é absolutamente estratégico,  
953 assim como a gente tem o sistema na saúde, o sistema de educação, a gente tem o sistema de  
954 garantia de direitos que, claro, tem muito o que evoluir. Mas eu acompanhei a jornada que foi  
955 nacional para tu enfrentar o e-SUS, em que tu tinhas que pensar no nível nacional o  
956 equipamento, a internet lá na Amazônia, em zonas afastadas. Hoje tu tens uma outra realidade.  
957 Mas quando o governo federal se propõe a dizer: "Está bom, te dou um sistema e agradece aí",  
958 eu acho que isso está um pouco injusto na ordem das coisas. Eu acho que a gente precisa  
959 implementar, eu acho que é fundamental, a gente precisa pensar como todo mundo vai se virar  
960 para permitir e para viabilizar isso. Mas pegar e espetar nas costas dos prefeitos, com a

961 quantidade de outras políticas que são subfinanciadas. Só queria deixar isso registrado. A gente  
962 não está em posição, eu acho, hoje, de pegar e levantar a guerra de Farroupilha aqui. Não é essa  
963 a ideia. Da mesma maneira que eu olho, por exemplo, para algumas outras políticas, o papel do  
964 Estado como articulador e como promotor dessas políticas que são tão estratégicas assim de  
965 garantia de direitos, o Estado, ele precisa estar presente também no apoio aos municípios para  
966 que eles realmente implementem. Isso diz respeito a pessoal, a capacitação, a operabilidade, a  
967 estrutura. E eu sei, o país é gigante, o estado é gigante, o município... A gente sabe o tamanho  
968 do desafio. Então, eu só queria pontuar isso porque assim, eu não me conformo. E não estava  
969 lá em lugar de dizer isso, quer dizer, a gente estava lá como conselho, tu és a presidente do  
970 conselho, e nem tu, eu acho, que estava em lugar, naquela reunião, de vir falar qualquer coisa.  
971 Mas quando vêm, o Ministério Público está fazendo a sua parte, ameaçando botar a adaga no  
972 pescoço do Prefeito, e o secretário se serve e assim: "Eu vou abrir um processo para obrigar,  
973 para dizer". Claro, eles até estão no papel deles. Mas eu acho que está muito confortável jogar  
974 este nível de complexidade de execução de uma política nas costas dos prefeitos. E volto, tu  
975 vais dizer, bom, como é que... Tu falaste da escuta protegida, Guaíba fez. Aí tu vais ter ilhas de  
976 excelência, aí hoje fomos falar: "Bento Gonçalves é a ilha de excelência". Vamos lá em Bento  
977 Gonçalves, vamos implementar o que Bento Gonçalves está fazendo, vamos esquecer o resto  
978 tudo, Bento Gonçalves está conseguindo de alguma maneira, com uma certa realidade, com  
979 uma certa estrutura que não é replicável aqui, que não é replicável em todo município. **Carolina**  
980 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
981 **(Topogigio) – Presidente:** Na mesma linha, a Promotora Cristiane, ela falou da FICAI 4.0. A  
982 FICAI 4.0, quando veio para cá, ela foi testada em Guaíba. Guaíba é um bairro de Porto Alegre.  
983 Numa realidade específica. Guaíba é um bairro, se bobear. E aí, uma das coisas que a gente  
984 tinha muita dificuldade na FICAI 4.0, que daí não me atualizei e não sei se mudou, é que as  
985 regiões não se conversavam. Porque são, nós somos 10 micros. E aí, às vezes a micro 1 com a  
986 micro 4 com a não se falavam. Porque são 10 cidades, se a gente for ver. **Tarsila Crusius,**  
987 **Secretaria Municipal de Educação – SMED:** E pior, se a FICAI está na mão da Secretaria  
988 Estadual de Educação, morreu ali, porque elas não conseguem dar vencimento de fechar as  
989 fichas. **[Conselheira sem identificação]:** A criança sai do município, vai para uma escola do  
990 Estado, e eles não dão continuidade. Eles abrem a FICAI como se a criança estivesse em evasão,  
991 mandam de... Não tem a rede atuando, eles não conseguem se falar. E aí o conselho fica lá com  
992 mil FICAIs que são abertas em novembro para o conselho, para a criança não voltar. **Tarsila**

993 **Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Sim, e aí só para completar isso que  
994 tu trouxeste, mas aí tu tens o quê? Tu tens uma dificuldade de operacionalizar porque tu  
995 precisarias ter um gestor que está acima de tudo isso, e que dissesse: "Não, mas isso aqui está  
996 vencido porque isso aí tu vais ter que fazer o quê? Vais ter que fazer uma estrutura de gestão da  
997 FICAI em Porto Alegre com simples pessoas que vão só cuidar desse negócio e que vão ter  
998 acesso a essas FICAIs, porque o município não consegue puxar a do Estado para mim se o  
999 Estado não passar para mim". Tudo bem! Isso é uma solução que está sendo tratada e criada  
1000 aqui, e o que eu estou comentando, que eu quis comentar o negócio do SIPIA, é que bom, tu  
1001 tens uma estratégia que é nacional e que eu acho fundamental que o nível nacional esteja  
1002 assumindo uma estratégia e ele tem que fomentar essa estratégia. Pegar e jogar a estratégia  
1003 assim na lei e vira... É complicado, e aí o que que acontece? Fica essa guerra que nem a gente  
1004 viu hoje. É o secretário, e aí, claro, essa toda situação. Eu sei que é falta de vontade política,  
1005 mas que não é sua, secretário. Ah, para! Eu acho divertido. Enche a bolinha do secretário, para  
1006 ver se o secretário vai lá e briga com o Prefeito, para o prefeito dizer que não e aí o secretário:  
1007 "O prefeito é malvado, porque se fosse eu, eu tivesse o dinheiro, estava fazendo". O que é isso?  
1008 Entende? Mas assim, eu acho que a questão, a gente precisa tentar para isso, a gente não pode  
1009 normalizar que se jogue tudo em cima dos municípios dessa maneira. Tudo não, não se joga  
1010 tudo em cima do município, tem muita coisa que é cofinanciada e quando importa e interessa,  
1011 está sendo cofinanciada. Mas isso aí, aí é isso: tem que tirar do Fundo da Criança e do  
1012 Adolescente, como é que vai brigar com as outras brigas de recursos que estão se tendo aí?  
1013 Criança e adolescente é prioridade absoluta? É. Mas olha quantas frentes também tem da criança  
1014 e do adolescente. Então, tu não está fazendo nada, tu não está fazendo nada, sabe? Só está  
1015 apagando literalmente incêndio. Eu queria que nem ela ter 10 assessores para ficar despachando  
1016 ordem para se dizer assim: "Despacha ali para o Paulinho fazer. Despacha ali para a Carolina  
1017 fazer". Ela falou: "Nós vivemos no mundo ideal que não existe", porque ela não bota o pé no  
1018 chão. Ela nem escreve, o assessor que escreve para ela. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
1019 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, para  
1020 vocês ali, a questão do SIPIA, para vocês poderem analisar, e também eu queria provocar vocês  
1021 da gente fazer assim, não a toque de caixa, que a gente está tentando fazer isso há um ano, mas  
1022 a gente lançar um edital até final de maio. Porque assim, tem muita gente de olho no nosso  
1023 dinheiro. E aí, enquanto a gente não diminuir esse dinheiro, vão continuar de olho no nosso  
1024 dinheiro. E a gente não é pai de todos, fura-bolo, mata-piolho. Então, eu acho que a gente vai

1025 ter que pensar sim nos termos, vai pensar sim nos projetos, a gente vai pensar em como que a  
1026 gente vai organizar ali, vamos refazer as ideias, e aí eu gostaria de ver quem é que poderia estar  
1027 fazendo parte junto com a gente ali do projeto que a gente escrever, este projeto técnico, e aí  
1028 pensar se a gente vai fazer um edital, dois editais, o grande edital, e aí a gente pensar como é  
1029 que a gente vai organizar. Quem pode? Do livre, que venha. **Tarsila Crusius, Secretaria**  
1030 **Municipal de Educação – SMED:** Ah, e quanto que vocês têm de dinheiro? **Carolina Aguirre**  
1031 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
1032 **Presidente:** Nós estamos perto de 30 milhões. [Falas concomitantes]. Claro, eles estão de olho!  
1033 Claro, é muito dinheiro mesmo, sabe? **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação –**  
1034 **SMED:** Não, não é para jogar o alto e nem rasgar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
1035 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, não é,  
1036 mas a gente tem que pensar. Por exemplo, assim, só falando, acho que eu não falei isso antes,  
1037 penso de que a gente tenha que fazer um edital para poder qualificar os serviços, e aí, bem  
1038 qualificar cada serviço, realmente. Não é aquela velha partilha de recurso, não é, mas é  
1039 qualificar o serviço pensando em qualidade, em ampliar algo, qualificar com oficina, qualificar.  
1040 E também penso que daí a gente, não sei quem é que falou isso para nós, de fazer campanhas,  
1041 e aí falar lá no seminário alguém falou, me lembro quem é que falou mais, que a gente não faça  
1042 por edital, mas faça por contratação, acho que foi tu. Acho que foi Sônia, que daí a gente faça,  
1043 por exemplo, campanha de trabalho infantil, campanha do *bullying*, campanhas, que a gente  
1044 tem que também fazer esse processo no geral. E aí a gente pensar em outros projetos, em outras  
1045 coisas para que a gente possa estar qualificando mais. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal**  
1046 **de Educação – SMED:** Eu tenho interesse de participar disso. Até porque eu tenho como  
1047 primeira infância observar tudo que a nossa primeira infância está tudo querendo focar muito  
1048 na saúde, que eu já disse isso, e na educação, que são as vagas em creches. Mas a gente vê uma  
1049 dificuldade muito grande de pautar a primeira infância no serviço de assistência social. A gente  
1050 podia ter recursos para fortalecer outros projetos voltados à questão da parentalidade. Eu acho  
1051 que isso é fundamental. E a gente sabe o quanto isso é fundamental. Todos nós sabemos. Nós  
1052 estamos com dificuldade com isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
1053 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O Paulinho está trazendo  
1054 o SAF, que é o Serviço de Apoio Familiar, Serviço de Convivência e Fortalecimento de  
1055 Vínculos. Nós temos um em Porto Alegre, um inscrito. É na minha região, porque eu sou do  
1056 Partenon. Eles estão registrados no CMAS. É o único que eu conheço em Porto Alegre. Então,

1057 Fran, Priscila, Sônia, Alice... Me olhou, vai! Tarsila, eu. Da minha parte é isso. Podemos ir para  
 1058 comissões? Ah, a gente tem que fazer uma comissão para escrever também ou analisar,  
 1059 reescrever, juntar os projetos do Embaixador do ECA, CPA e o OP da Juventude. Então, a gente  
 1060 já falou que ia juntar esses três, mas a gente não juntou, não fez esse GT. O que a gente precisa?  
 1061 A Fran já está, a Dinamara também. O Paulinho também. O Carlos também. Alguém mais pode?

1062 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** A gente vai revisar, já tem algumas  
 1063 coisas escritas, que é o do CPA, dos embaixadores, que era um grupo de adolescente maior do  
 1064 que o CPA, e o OP da Juventude, aquele recurso do FUNCRIANÇA que vai trazer regiões  
 1065 decididos nos próprios fóruns, nos territórios. Com o valor de 30.000 reais para o território norte  
 1066 lá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
 1067 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, também eu vou fazer um grupo desse também para a  
 1068 gente poder compartilhar lá. Agora sim, comissões.

1069 **3. COMISSÕES: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**  
 1070 **Comissão de Finanças.**

1071 **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

1072 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Comissão de  
 1073 Finanças, então. Processo SEI 26.0.000053451-9, a empresa é o **WHITE MARTINS GASES**  
 1074 **INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA**, e o projeto é a Qualificação Continuada das Atividades  
 1075 e Serviços da Casa da Saúde Menino Jesus de Praga. Recebemos a solicitação da empresa White  
 1076 Martins, documento SEI 38694264, onde ela solicita o estorno de doação. A informação da  
 1077 empresa de que o depósito efetuado no valor de R\$ 36.439,00, o correto era de R\$ 4.305,00.  
 1078 Justifica o estorno do valor de R\$ 32.134,00, pois excede o limite disponível da empresa. Os  
 1079 comprovantes de depósito, onde constam o depósito, da doação, é o documento SEI 38694270  
 1080 e 38694277. Então, em análise ao solicitado, os documentos, a comissão de parecer favorável  
 1081 ao estorno no valor de R\$ 32.134,00, e devolução à empresa com os dados bancários informados  
 1082 por ela no documento 38694264. Solicitamos também que seja informada a OSC Casa de Saúde  
 1083 Menino Jesus de Praga acerca do estorno deste valor da doação. Entenderam? **Tarsila Crusius,**  
 1084 **Secretaria Municipal de Educação – SMED:** A doação já foi repassada? **Sônia Rejane dos**  
 1085 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ela depositou R\$ 36.000,00 e  
 1086 depois ela fez um outro depósito também, o que excede o valor que ela poderia. Foi para o  
 1087 fundo municipal nosso, mas para a Casa Menino Jesus de Praga. Ela indicou a casa. **Tarsila**  
 1088 **Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Não foi repassado? **Sônia Rejane dos**  
 1089 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ainda não, só depositou. Isso foi

1090 depósito agora, e daí ela depositou e ela se deu conta. Ela pediu o estorno a tempo. **Carolina**  
 1091 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
 1092 **(Topogigio) – Presidente:** Sim, sim. Quem aprova? **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

1093 Outro? Comissão de Registros?

1094 **COMISSÃO DE REGISTROS:**

1095 **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente ficou pela manhã com as colegas novas da Comissão  
 1096 de Registros. A gente analisou juntos o processo de reativação de registro e o processo de  
 1097 monitoramento. Ficamos em cima, então, da aprendizagem desses dois processos. Estamos  
 1098 agendando reuniões com três OSCs para a semana que vem. E o que mais que a gente fez?  
 1099 Respondemos ali algumas pendências. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
 1100 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Políticas?

1101 **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

1102 **(Membro da Comissão de Políticas):** Políticas, realizamos reunião presencial com a OSC,  
 1103 para nós ajustarmos o projeto. Mas a gente está com uma situação de que precisa de ajuste, de  
 1104 readequação de projeto de uma OSC. É a quarta vez a gente está reagendando reunião para  
 1105 conversar. Eles não vieram. O primeiro agendamento, ela pediu para reagendar para o dia 15.  
 1106 Aí, agora, de novo, ela não se manifestou, não falou nada. Então, a gente está pensando. Deixou  
 1107 para reagendar para o dia 29, mas se tiver confirmação, porque a gente também precisa  
 1108 organizar a nossa agenda enquanto à comissão para dar continuidade nos projetos. Então, daí  
 1109 também fica difícil assim a organização. E o outro também que me questiona é o tempo em que  
 1110 a comissão vai ficar com os projetos parados, sem que a gente faça análise. Devolve para a  
 1111 OSC, a OSC não dá o retorno, e aí fica aquele monte de processo na nossa caixa. O que a gente  
 1112 faz? Retoma, retoma, retoma. Não tem um tempo estipulado de ficar parado se a gente deu os  
 1113 retornos, a OSC não está fazendo o ajuste. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
 1114 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na verdade,  
 1115 na Resolução 150 tem o prazo de 90 dias do todo do processo, mas eu penso de que vocês  
 1116 podem mandar um e-mail para a instituição dizendo de que, se ela tiver interesse, ela pode  
 1117 solicitar a reunião com data e hora. E aí se não tiver interesse, será arquivado o processo.  
 1118 **(Membro da Comissão de Políticas):** Então, se fechar os 90 dias de estar parado sem o ajuste  
 1119 que a gente solicitou, sem a reunião, a gente pode avisar que, pela Resolução 150, decorreu o  
 1120 decurso dos 90 dias, o processo vai ser encerrado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
 1121 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tem uma

1122 instituição, nós tivemos o ano passado uma instituição, se não me engano, foi a Algodão Doce,  
1123 em que ficou no vai e volta, vai e volta. Fazia mais de 60 dias que a instituição não dava nenhum  
1124 retorno, nem ao menos pedindo um prazo. Foi arquivado. Quando a instituição quiser  
1125 novamente, ela solicita. A instituição ela pode a qualquer tempo pedir um novo projeto, parecer,  
1126 qualquer coisa. A gente também tem que aprender a dar realmente esses prazos para a  
1127 instituição. Porque, senão, realmente, a gente vai ficar com 100 projetos lá na caixa, e aí não  
1128 vai estar dando vencimento em nenhum. Eu daria um prazo e deu. Eu acho que informar esses  
1129 90 dias o prazo. A instituição de despacho. Eu acho que informar, gostaria de saber se a  
1130 instituição ainda tem interesse em movimentar o processo. Ainda tem interesse na carta de  
1131 captação, para poder se manifeste em x tempo. Porque senão, realmente, fica chato. E a registro  
1132 ali tem processos. Vocês têm processos parados. Finanças tem processos esperando. Então  
1133 assim, e aí fica na caixa, e aí depois ficam lá as instituições falando que o conselho é que não  
1134 está agindo de forma rápida. Mas eu acho que é isso. Então, mais alguma coisa, gente? Dia 17  
1135 agora, na sexta-feira pela manhã, nós teremos a capacitação para quem vai estar participando  
1136 da conferência ou das pré-conferências. Importante que os conselheiros estejam lá. Dia 17, na  
1137 PUC, das 9 ao meio-dia, vai ter a formação para quem vai estar participando das conferências  
1138 e pré-conferências. Importante que os conselheiros estejam nesta formação. Hoje de manhã teve  
1139 a reunião sobre a mais uma reunião sobre a conferência, e aí nós estamos organizando o material  
1140 já para sexta-feira. E a gente está correndo bastante. Mas é importante que vocês estejam nessa  
1141 formação. Porque, como vocês já sabem, todos iremos trabalhar na conferência e nas pré-  
1142 conferências. Então, faz parte. Mais alguma coisa?

1143 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE ATAS:**

1144 As atas. Eu vou esperar para fazer a leitura dos editais e do OP para a gente começar a trabalhar.  
1145 Em votação as atas, gente? Quem é favorável, por favor, levantar a mão. Alguma  
1146 abstenção? Alguém se opõe? Não? Então, **APROVADAS** todas as demais atas. Abênção, beijo  
1147 e tchau. Até sexta!

1148 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos  
1149 da Criança e do Adolescente, às 16h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob  
1150 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.